

Contato com o FMI deve demorar

Flávio Thadeu

O novo governo brasileiro somente deve manter contatos formais com o Internacional e com os banqueiros, após elaborar um programa específico para o campo econômico, como forma de recuperação da credibilidade do governo junto aos organismos internacionais, na opinião do professor Riordan Roett, diretor do Centro de Estudos Brasileiros da Johns Hopkins University, de Washington. Alerta, ainda, que com a proximidade das férias de verão nos Estados Unidos e Europa o governo da Nova República está com pouco tempo para reiniciar essas conversações. Em entrevista exclusiva ao "Jornal de Brasília", o professor Riordan Roett falou da grande preocupação da área internacional com a economia brasileira, principalmente com a dívida interna e os altos índices inflacionários.

Heitor Tepedino

No seu entender, "o pior da fase de transição já passou e agora a Nova República começa a funcionar. O presidente interino, José Sarney, vem ocupando a presidência da República de maneira impressionante, respeitando inteiramente a Constituição, os direitos civis e democráticos do País, podendo transferir o cargo para o presidente Tancredo Neves sem a possibilidade de qualquer questionamento sobre a sua atuação no cargo.

Naturalmente que esta tranquilidade que o Brasil mostra, tem que ser analisada sob o ponto de vista econômico e social. Todos sabemos que o Brasil tem uma situação econômica realmente preocupante. Os números econômicos sobre as exportações geram alguma apreensão, porque os índices estão caindo. Não quer dizer que o Brasil não possa exportar. Pode. Houve uma vocação à exportação no ano passado. O problema é que o dólar americano está supervalorizado, existindo bastante protecionismo no mundo interior — não só nos Estados Unidos mas também na Europa Ocidental — enquanto os pequenos países atravessam uma recessão e não podem importar muito. Desta forma, falta mercado de exportação para o Brasil.

Em segundo lugar, acho que a inflação continua preocupante, os jornais dizem que em março ela poderá chegar a 12 por cento, ou talvez 11 por cento. Isto indica que o combate à inflação está começando e não terminando.

Finalmente, o País tem que enfrentar o problema da dívida externa, que continua como um grande problema e certamente também o será no futuro. O governo brasileiro da Nova República tem que assumir uma posição frente o Fundo Monetário Internacional e frente aos bancos credores. Mas, com a ausência do presidente Tancredo Neves é

difícil estabelecer uma estratégia. Acredito, contudo, que dentro dos problemas econômicos reais do Brasil, o governo precisa montar o seu programa para a dívida externa.

Estou convencido que o problema econômico é o mais preocupante e lógico, incluindo-se os problemas sociais. Todos os programas de austeridade do velho governo devem ser reestudados, para que a Nova República dê para o povo brasileiro o que ele merece.

FMI

Em relação ao Fundo Monetário Internacional, o professor Riordan Roett disse que "já tivemos até agora seis cartas de intenções com aquele órgão estudando-se a sétima. É difícil Washington entender as mudanças abruptas do cenário econômico brasileiro. Existem especulações em Washington de que, seja o velho governo ou a Nova República, eles não querem assumir as obrigações das cartas de intenções. Isto eu acho que não é verdade, mas esta é a dúvida que existe em Washington, onde tem gente que não entende bem os problemas do Brasil. Eles acham que as linhas traçadas não são sérias.

"Devido a isto — continua o professor Roett — creio que antes de se organizar o programa da Nova República, ninguém deveria falar com o FMI, nem o presidente do Banco Central, o ministro da Fazenda ou o ministro das Relações Exteriores, de maneira formal, o que não quer dizer que informalmente não possam ter contatos. Mas, formalmente, nenhuma autoridade deveria comunicar-se com o FMI das linhas de governo estarem inteiramente definidas, alinhando-se o que o País vai fazer, o que não vai fazer, o que não quer e o que não deve fazer. Depois disto e com o consenso político, que precisa da presença do presidente Tancredo Neves no governo, determine-se o programa econômico. Acredito que só após ter-se as linhas econômicas rigorosamente definidas, o novo governo deveria ter contatos com o FMI aqui ou em Washington. E preciso dizer "temos o programa econômico equacionado", pois no passado este foi o grande problema: Vários membros do governo discutiam com o FMI e com os banqueiros e em Washington ficava-se sem saber se esta pessoa estava falando em nome do governo ou pessoalmente, gerando muitas dúvidas. Daí acreditar que o governo da Nova República só deve começar a falar depois de estabelecer um plano bem definido".

"Contudo — ressaltou o diretor do Centro de Estudos Brasileiros da Johns Hopkins University, de Washington — claro que iniciando-se as conversações com uma página limpa, is-

to permite que o governo negocie: não se trata de estar com uma agenda de resultados já estabelecidos concretamente. Não.

"Segundo — continuou o professor Roett — acho que se deveria iniciar conversas informativas com os bancos credores. Temos que lembrar que existe um "pacote" econômico negociado pelo ex-presidente do Banco Central, Afonso Pastore, em janeiro e fevereiro deste ano. Uma negociação difícil, bastante complicada, mas que finalmente saiu. Tanto os credores do Brasil quanto o governo Figueiredo aceitaram. O problema foi com o FMI, que vetou. Portanto o governo Tancredo Neves tem que pensar um pouco, indagando se pode aceitar aquele pacote ou não, ver como pode modificá-lo, quando e para quê. Essas perguntas são de análise imprescindível pesar, para aproximar o governo do Brasil ao FMI".

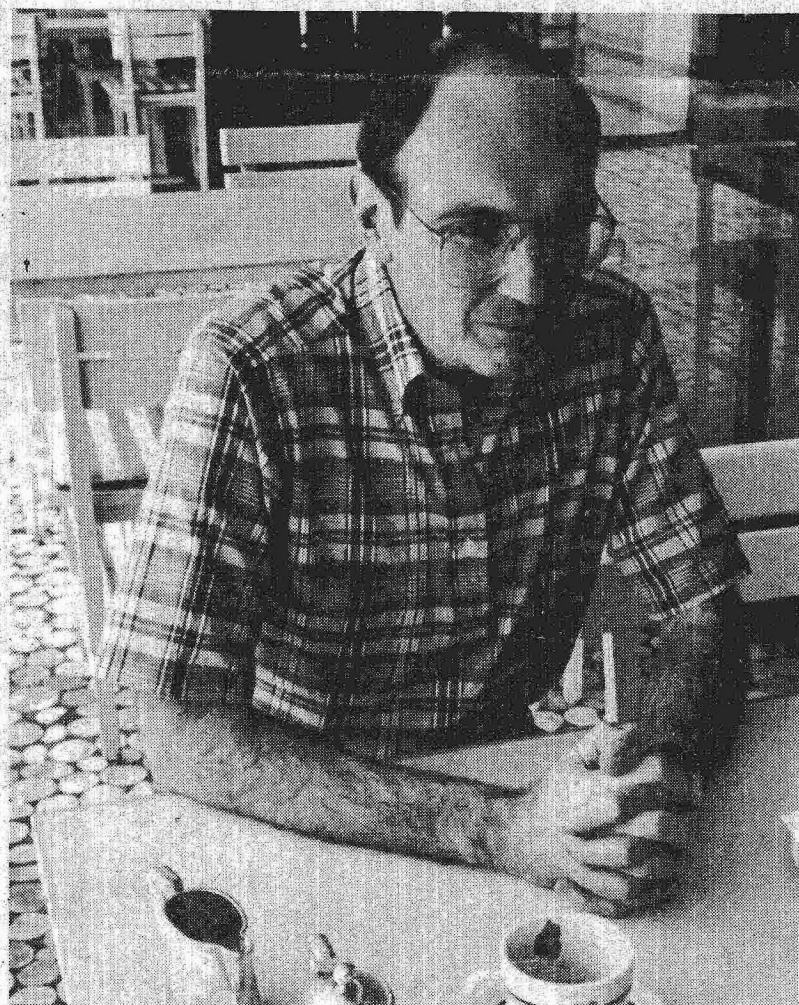
Reservas

Face às dificuldades das exportações brasileiras nesta fase, o professor Riordan Roett ressaltou que "um grande problema do Brasil hoje em dia, em março de 1985, é que tem boas reservas internacionais, mas, se as exportações começam a cair muito, o País terá que usá-las as reservas. Podemos imaginar que nos próximos meses, sem acordo com o Fundo, sem acordo com os bancos, gastando as reservas, com inflação muito elevada, — porque é impossível baixar-se inflação em três meses — e com as exportações caindo, como ficaremos?

"Por isto — enfatizou o professor Roett — acho que o plano

Economia é o problema maior

econômico-financeiro do governo tem que ser muito prático. Não se pode ter esperanças em câmbios baixos, ou outras melhorias, tem que ser muito bem pensado. Acho que deveria ser, francamente, não falando como um "expert", mas como um observador: acho que deve ser um plano pessimista. Melhor ser pessimista este ano e em 1986, do que não conseguir cumprir a carta de intenções com o FMI. A reputação da Nova República tem que ser preservada. Os acordos internacionais são importantes e foi nisto que o velho governo perdeu, ficando sem credibilidade por não cumprir as cartas de intenções com o Fundo".



Roett adverte para o risco de se gastar as reservas

"Penso, também, que nessas negociações deveria ser incluído o Itamaraty" — continuou Roett — porque esta questão não é apenas econômica, é política também. Então o chanceler Olavo Setúbal, seria útil por ter uma grande experiência. Evidentemente participando também o novo ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central. Contudo, apenas uma pessoa deve ser indicada pelo presidente, com todos os poderes, para iniciar as negociações e preferivelmente uma pessoa com muito bom trânsito nos corredores do Planalto".

Fator tempo

Segundo o professor Riordan Roett, pode-se observar que o presidente interino do Brasil está fazendo o País trabalhar, mas é preciso saber se dentro de 10 ou 15 dias o presidente Tancredo reassume, porque se a recuperação do presidente levar um ou dois meses, então as coisas vão ficar

O Congresso deve ser respeitado

complicadas. Já estamos em fim de março, com indicadores econômicos não muito bons. Estamos chegando a abril e maio, quase na metade do ano, e já começam nos Estados Unidos e na Europa as férias de verão, e todo mundo sai. Temos assim pouco tempo, abril e maio para começar o trabalho na área externa. Isto não quer dizer que não se encontre ninguém no exterior nas férias de verão, mas nunca se consegue reunir toda a equipe".

"Por outro lado — disse o professor —, ao contrário do outro governo, o novo vai sofrer pressões, porque o Congresso Nacional irá pleitear sua participação de alguma maneira no diálogo. No meu país (Estados Unidos), o presidente Reagan, muitas vezes, para não cumprir algum tratado, usa a alegação de que o Congresso não permitiu. E é muito provável que o presidente Tancredo Neves procure o Fundo e os bancos credores e diga que não pode cumprir porque o Congresso brasileiro não permite. Realmente o governo está na Nova República, e o Congresso Nacional deve ser respeitado".

"Outro fator muito importante — continuou o professor Roett — é a política de investimentos no País. Passei algumas semanas no México, e lá não há novos investimentos. O preço internacional do petróleo está caindo e o México não é um país exportador como o Brasil. Portanto, não está existindo capital para manter a economia daquele país em crescimento. Isto significa que ainda este ano, possivelmente, teremos outra vez problemas com a economia mexicana. O Brasil tem que evitar um problema como este, que assusta todo o mercado. O Brasil precisa crescer, isto é muito importante para a área social, e também tem que avaliar os deveres do governo. Isto vai ser uma tarefa muito mais difícil para o atual governo do que para o velho, porque quando o governo é autoritário, pode fazer qualquer coisa. A Nova República pode fazer muito, mostrando que está negociando sério, fazendo a população sentir a sua boa-fé, mas também não vai sacrificar a parte social do País. E este é o ponto nevrálgico para convencer o Fundo Monetário, para preservar o crescimento econômico, e os bancos credores, que querem receber suas dívidas. Claro, deve-se respeitar o ponto de vista do Fundo e dos credores, mas eles também têm que entender o ponto de vista do Brasil".

"O governo passado — continuou — comunicou muito bem ao Fundo e aos banqueiros os interesses econômicos do Brasil, mas o mesmo não ocorreu na área social. Agora, o ministério do presidente Tancredo Neves é totalmente político, portanto, os programas para o Fundo e os banqueiros, têm que ser políticos também. Os velhos ministros sempre falaram em programas técnicos, e tudo isto já passou com a chegada da Nova República".